

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



CPI investiga empresas com débitos inscritos na dívida ativa

Justiça mantém fala de diretor da Hapvida à CPI dos Devedores

A Justiça de São Paulo negou o pedido de habeas corpus apresentado pela defesa do diretor da Hapvida NotreDame Intermédica, Lucas Álvares Martin Garri, e manteve o depoimento do executivo à CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo. A decisão foi proferida na terça-feira (4) e rejeitou o pedido de liminar que buscava dispensar o comparecimento do representante da operadora à comissão parlamentar de inquérito. Com isso, Garri deverá prestar esclarecimentos na reunião marcada para quinta-feira (6). A CPI investiga empresas com débitos inscritos na dívida ativa do município e apura possíveis impactos da inadimplência nas finanças da capital. A Hapvida NotreDame está entre as companhias convocadas para prestar informações aos vereadores durante os trabalhos da comissão dos Devedores.

Comissão aprova projetos sobre segurança

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta semana, pareceres favoráveis a projetos de lei voltados à segurança em eventos públicos e à destinação exclusiva das calçadas para circulação de pedestres. As propostas seguem agora para as próximas etapas de tramitação no Legislativo paulistano. Entre as medidas analisadas pelos vereadores estão regras para reforçar a segurança em eventos e ações para garantir o uso prioritário das calçadas por pedestres.

LUCAS BASSI | REDE CÂMARA SP



Entre as medidas estão regras para a segurança em eventos

Procon da capital notifica Mercado Livre

O Procon Paulistano notificou o Mercado Livre para que apresente esclarecimentos e adote medidas em relação à oferta de placas de identificação veicular anunciadas por vendedores sem credenciamento oficial na plataforma. Segundo o órgão, a fiscalização identificou anúncios de placas no padrão Mercosul para carros e motocicletas comercializadas por empresas que não possuem autorização dos órgãos de trânsito. A administração municipal afirma que esse tipo de oferta pode facilitar fraudes e adulterações.

Meli tem prazo para responder

Pode, ainda, favorecer outras irregularidades envolvendo veículos. Na notificação, o Procon solicita informações sobre os mecanismos de controle utilizados para identificar e remover anúncios considerados irregulares, além das providências adotadas para impedir novas publicações. O Mercado Livre deverá responder ao órgão dentro do prazo estabelecido. A medida integra ações de proteção do consumidor.

Airbnb na capital

O Airbnb iniciou a remoção de anúncios de imóveis enquadrados como Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) utilizados para locação de curta temporada na cidade de SP. A medida atende às regras municipais que proíbem esse tipo de uso para unidades destinadas à política habitacional na cidade.

Anúncios removidos

Ao todo, 1.625 anúncios serão retirados da plataforma. Desse total, 773 estavam ativos e deixarão de aceitar novas reservas, enquanto outros 852, que já não estavam disponíveis, serão excluídos de forma definitiva. Segundo a empresa, os proprietários serão comunicados sobre a remoção e poderão buscar esclarecimentos junto aos órgãos.

Incentivos urbanísticos

As unidades classificadas como HIS e HMP são construídas com incentivos urbanísticos e fiscais concedidos pelo município para ampliar o acesso à moradia de famílias de baixa e média renda. Em maio de 2025, a Prefeitura passou a proibir que esses imóveis fossem utilizados para hospedagem ou aluguel por temporada, após investigações.

Desvios de finalidade

Levantamentos apontaram desvios na finalidade dos empreendimentos e a comercialização de parte das unidades para investidores interessados em explorar esse mercado. A fiscalização ganhou força após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, que investigou possíveis irregularidades.

Relatório final da CPI

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito apontou que milhares de imóveis para habitação popular foram desviados de sua finalidade original e propôs medidas para reforçar o controle sobre esses empreendimentos, entre elas a limitação da compra de unidades HIS e HMP, fortalecendo mecanismos de fiscalização.

Imóveis enquadrados

O Airbnb informou que a retirada dos anúncios será contínua e dependerá do envio de novas listas oficiais pela Prefeitura da capital paulista. Com isso, outros imóveis enquadrados nas categorias HIS e HMP poderão ser removidos da plataforma caso sejam identificados em desacordo com a legislação municipal vigente na cidade.

DANIEL MELLO/AGÊNCIA BRASIL



Fica proibido usar geradores, baterias externas e ligações elétricas

Capital paulista restringe uso de som na Avenida Paulista

Nova portaria disciplina apresentações musicais no programa Ruas Abertas

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo publicou uma portaria que estabelece novas regras para apresentações de artistas de rua na Avenida Paulista durante o programa Ruas Abertas. A medida, divulgada nesta terça-feira (4), restringe o uso de fontes externas de energia para alimentar equipamentos sonoros e passa a valer nos eventos realizados aos domingos e feriados, quando a via é fechada para a circulação de veículos.

Pelas normas, fica proibida a utilização de geradores, baterias externas e ligações elétricas conectadas a imóveis residenciais ou comerciais para o funcionamento de caixas de som, amplificadores e outros equipamentos utilizados nas apresentações. A regulamentação não impede as manifestações artísticas, mas limita a forma de alimentação elétrica dos aparelhos utilizados pelos artistas.

A portaria prevê que equipamentos de amplificação sonora poderão ser apreendidos em caso de descumprimento das regras. Os instrumentos musicais, porém, não poderão ser recolhidos pela fiscalização. A aplicação das medidas ficará sob responsabilidade dos órgãos munici-

pais competentes na realização do programa na cidade.

Segundo a Prefeitura, a regulamentação busca compatibilizar a atividade dos artistas de rua com os demais usos da Paulista, considerada um dos principais espaços públicos da capital. A gestão afirma que a intenção é preservar as apresentações culturais ao mesmo tempo em que procura reduzir conflitos sobre o uso do espaço por moradores, comerciantes, frequentadores e visitantes da região.

A Prefeitura diz que a elaboração da portaria foi antecedida por reuniões realizadas ao longo de 2025 com representantes de artistas de rua, moradores da região e integrantes da administração municipal. As discussões resultaram na definição dos critérios adotados para o funcionamento das apresentações durante o Ruas Abertas.

A publicação da norma gerou repercussão entre artistas que se apresentam regularmente na Paulista. Representantes do setor afirmam que a regulamentação trata especificamente das fontes de energia utilizadas pelos equipamentos sonoros e observam que o texto não estabelece limites objetivos para o volume das apresentações realizadas no Avenida Paulista.